

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em contacto com trabalhadores da PT/MEO, no Porto, constatamos que estão preocupados com a insistência por parte da ALTICE para que os 1930 trabalhadores sejam transferidos para a nova entidade MEO ST.

Em 2 de maio do corrente ano o Grupo Parlamentar do PCP já fez pergunta regimental ao Governo sobre esta mesma matéria, para a qual ainda não obteve resposta.

Os trabalhadores da PT/MEO (MEO S.A.) sentem-se pressionados por parte dos responsáveis desta empresa a assinar a “cedência ocasional”, não mostrando novamente disponibilidade para aceitar esta alteração que poderá pôr em causa o seu posto de trabalho, uma vez que não há justificação plausível para uma transferência da totalidade dos trabalhadores.

Já em junho os trabalhadores da PT/MEO rejeitaram esta pretensão de transferência por parte da administração da empresa que uma vez mais volta à carga com o objetivo de obrigar os trabalhadores a assinarem a “cedência ocasional” até outubro. A chantagem e pressão sobre os trabalhadores é tão notória que há a promessa de receberem um pagamento pela assinatura da chamada “cedência ocasional”.

Oitocentos euros é o preço que cada trabalhador alegadamente receberá por aceitar a transferência do seu posto de trabalho para uma nova empresa. No entanto, as funções associadas ao seu posto de trabalho deixarão de existir na sua empresa uma vez que passarão para a MEO ST.

Segundo informações disponíveis, os trabalhadores que optarem por permanecer na MEO/SA ficarão sujeitos a quaisquer funções que a empresa decida atribuir. O PCP acompanha a justa preocupação e reivindicação dos trabalhadores e considera que todo este processo visa chantagear os trabalhadores, tendo como único objetivo a acumulação de lucros nos acionistas dos grupos que dominam o sector.

Neste sentido, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que, por intermédio do Ministério do Trabalho solidariedade e Segurança Social, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo conhecimento da pretensão da ALTICE de transferir os 1930 trabalhadores da empresa PT/MEO para outra entidade (MEO ST)?
2. Que diligências está o governo a tomar no sentido de fiscalizar todo este processo da pretensão de transferência destes trabalhadores?
3. Tem conhecimento o governo da chantagem e pressão a que os trabalhadores estão a ser submetidos para assinarem a cedência ocasional até ao mês de outubro?
4. Dada a pressão que está a ser exercida por parte da administração da empresa aos trabalhadores, que medidas o Governo vai tomar para que os direitos dos trabalhadores sejam salvaguardados?

Palácio de São Bento, 25 de julho de 2019

Deputado(a)s

ÂNGELA MOREIRA(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)

RITA RATO(PCP)